

O TEMA GÊNERO NA BNCC E NO DOCUMENTO CURRICULAR DO TERRITÓRIO MARANHENSE

Eixo Temático ET 20 - Gêneros e Sexualidades na Escola: em Foco os Materiais (Para)Didáticos e a Atuação Docente

Marcos Felipe Silva Duarte ¹
Cristine Fernanda da Silva Costa ²
Jackson Ronie Sá-Silva ³

RESUMO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Documento Curricular do Território Maranhense (DCTM) são documentos normativos curriculares pensados para serem seguidos por todas as escolas públicas e privadas do Brasil e do Maranhão, respectivamente. Tais documentos são também utilizados pela lógica neoliberal que apresenta características para além da economia, como a construção de valores morais e éticos, sendo assim adotada por grupos conservadores. Dessa forma, o gênero passa ser um tema perseguido e proibido nos debates escolares, o que prejudica a compreensão sobre os corpos e suas construções. A partir de uma pesquisa documental bibliográfica aqui identifica-se como o tema gênero se apresenta na BNCC e DCTM e observa-se que em tais documentos há uma supressão do assunto.

Palavras-chave: Currículo, Neoliberalismo, Gênero, BNCC, DCTM.

¹ Mestrando do Curso de Educação da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, duartiifelipe@hotmail.com;

² Graduanda pelo Curso de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, cristinefernandas@gmail.com;

³ Professor do Departamento de Biologia da Universidade Estadual do Maranhão- UEMA, prof.jacksonronie.uma@gmail.com;

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento exigido pelo sistema educacional brasileiro, de caráter normativo, previsto na Constituição Federal (CF) de 1988, tal documento visa conduzir as práticas educacionais no país através da organização curricular das disciplinas da educação básica de instituições públicas e privadas, objetivando uma educação universalizada no país. A BNCC teve seu primeiro texto divulgado em 2015, e após crises, trocas de governo e polêmicas, teve seu texto final publicado em 2017.

Com base na indicação no texto da BNCC e da LDB de que deve haver a contextualização dos conteúdos base para a realidade local de cada escola levando em conta questões regionais, foi então pensada a produção de um documento que tornasse a abordagem dos conteúdos apresentados pela BNCC mais próxima do contexto maranhense, sendo o principal direcionamento para a construção dos currículos do estado. Assim foi publicado em 2018 o Documento Curricular do Território Maranhense (DCTM).

O neoliberalismo está presente em diversas dimensões sociais, inclusive na Educação. Seffner (2020) compreende a racionalidade neoliberal como práticas e normas que regulam narrativas, valores éticos e morais, a partir dos quais os utilizamos para construir e julgar comportamentos e modos de vida. Uma das características do neoliberalismo é o enfraquecimento da esfera pública, o que culmina diretamente na Educação e na asseguuração dos direitos dos sujeitos envolvidos nas relações de gênero como a comunidade LGBTQIA+ e as mulheres de forma geral. Tal racionalidade através de organismos internacionais buscam interferir na educação nacional e uma das formas de se fazer isso é influenciando políticas públicas.

Portanto, a partir dessa investigação qualitativa do tipo documental objetivamos, através de pesquisa bibliográfica, compreender como o tema gênero é inserido na BNCC e no DCTM e discuti-los enquanto frutos de políticas neoliberalistas com base nos pensamentos pós-estruturalistas e nos Estudos Culturais em Educação. A discussão nos levou a perceber o gênero como categoria suprimida em tais documentos.



VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação
em Sexualidade, Gênero,
Saúde e Sustentabilidade

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Essa investigação é qualitativa do tipo documental, a partir da leitura e compreensão da BNCC e DCTM identificamos como o tema gênero é apresentado. Fizemos uma pesquisa bibliográfica a partir do banco de dados Periódicos Capes, selecionando após a leitura do resumo 5 textos publicados nos últimos dez anos que pautavam o *neoliberalismo* na *Educação* através de tais palavras-chave, adotamos como critério de seleção a presença das problemática Gênero e/ou BNCC na discussão. Tais textos auxiliaram a fundamentação do debate aqui expresso, partindo de uma perspectiva pós-estruturalista e dos Estudos Culturais em Educação que nos permitem enxergar o tema gênero para além dos binarismos biológicos e localizá-lo enquanto construção sociocultural que influencia diretamente a vida de qualquer indivíduo, lhe oferecendo privilégios e/ou violências.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em seu texto final publicado durante o governo do então presidente Michel Temer, a BNCC retirou as menções ao tema gênero, ação essa resultada da pressão de grupos conservadores que buscavam “livrar” o documento da chamada “ideologia de gênero”, termo utilizado e significado por tais grupos como qualquer meio ou discussão que coloque em pauta na sala de aula questões relacionadas ao tema gênero e seus aspectos socioculturais, afirmando que tais discussões influenciam as crianças a se tornarem homossexuais e travestis. Não houve, nesse texto final, a participação pública, tornando o processo antidemocrático. Esse avanço do autoritarismo e conservadorismo sobre o campo educacional ameaçam a escola pública e grupos minoritários. Esse contexto conservador que cresce no Brasil e no mundo mobilizou setores da sociedade que passaram a combater pautas progressistas como a Educação Sexual, orientação sexual, identidade de gênero, movimento feminista. Não é difícil lembrar de momentos de embates nas mídias nos últimos anos acerca de temas como “kit gay”, “banheiros unissex” etc.

Para um leitor desavisado a Base pode parecer promover uma educação crítica e até emancipadora mas acaba por se contradizer em muitos pontos, visto que enfatiza o respeito às diferenças mas ao mesmo tempo ignora as discussões de gênero. A base parece

tratar os estudantes enquanto sujeitos que estão isolados dos problemas sociais, fechando os olhos para as situações reais que acontecem com muitos dos discentes, fazendo então o contrário do que prega, que é a adaptação do conteúdo promovido à realidade de cada escola e estudante (MONTEIRO; BACK, 2021; FORTES, 2021).

Na disciplina de Ciências, por exemplo, quando a BNCC cita a sexualidade, a coloca enquanto um importante debate junto de outros tantos temas de grande importância mas sem muita ligação entre si, como saneamento básico, qualidade do ar e nutrição. O leque de possibilidades discursivas dentro da sexualidade se perde propositalmente, a citação é tímida e parece camuflar o assunto que é fonte de dúvidas, angústias, medos, traumas, e que interfere diretamente na vida de jovens que estão em fase de formação de identidade e que poderiam ter contato com o tema de forma mais ampla buscando a compreensão de suas diversas dimensões.

Quando olhamos para o DCTM percebemos que o modo como se fala do tema gênero nos dois documentos é semelhante, mesmo que no documento estadual o próprio termo gênero já seja permitido. O DCTM traz as relações de gênero enquanto parte de um dos temas integradores “vida familiar e social, educação para as relações de gênero”, e ao dissertar sobre os princípios fundamentais para a construção do currículo e da formação integral dos estudantes maranhenses, coloca “diversidade” enquanto um desses princípios e nele fala sobre como o espaço escolar deve refletir o sentimento de enfrentamento do preconceito, inclusive o de gênero.

No DCTM o tema gênero é considerado importante para debate no processo de construção do currículo e na formação discente, sendo pontuado o combate a qualquer tipo de intolerância, porém, tal tema ainda assim é suprimido nos dois textos. As citações são importantes mas sucintas, o gênero é posto em debate dentro das relações familiares, mas a discussão em si não se aprofunda, e entendendo o gênero a partir de autoras como Louro (1997) e Scott (1995), compreendemos tal termo enquanto fruto do distanciamento do determinismo biológico que criou desigualdades a partir do sexo biológico, entendemos então gênero como construção social e cultural podendo ser discutido dentro das relações sociais como motivo de violência e discriminação ou até de acolhimento e expressividade.

Poucos foram os trechos encontrados no DCTM que se aproximam do tema gênero, sendo o mais evidente na disciplina de História quando a partir da sugestão de leitura de Maria Firmina dos Reis há uma valorização das vozes femininas na literatura e

movimentos de independência. Em razão do apagamento das mulheres na história, essa atividade é importante para sua valorização e discussão sobre relações de poder que envolvem a posse do conhecimento e da narrativa.

As relações entre feminilidade, masculinidade e não-binariedades não são debatidas em atividades nem mesmo ao falar sobre corpo, respeito às diferenças e até sobre sexualidade na organização curricular apresentada. Os corpos que não se encontram dentro da cisgeneridade, as demandas da comunidade trans de conhecimento acerca de mudanças e tratamentos hormonais, ou mesmo as problemáticas sociais e discriminação que pessoas fora da binariedade heteronormativa passam, parecem não ser pontos a serem debatidos na sala.

O DCTM e a BNCC apresentam então uma lógica semelhante e suprimem o tema gênero, não são promovidas dinâmicas que possibilitem abordá-lo e discutir como as práticas e discursos influenciam e são influenciadas pelas relações históricas e cotidianas que têm o poder de definir identidades bem como apaga-las. Isso nos faz lembrar de como o currículo escolar tem sido construído com base nas divisões de trabalho que por sua vez são determinadas pela classe dominante, o que apenas reforça a ideia do gênero binário hegemônico (AMARANTE *et al*, 2021).

Quando a base fala de formação justa, democrática e inclusiva, Monteiro e Back (2021) questionam: inclusiva para quem? E considerando a retirada de gênero do texto final da base e seu reflexo no DCTM, tal questionamento ganha mais relevância, a Base e o DCTM que não falam de gênero são inclusivos para quem? É fácil compreender que para aquelas pessoas que já vivem uma expressão de gênero diferente da hegemônica tais documentos não serão inclusivos, mas ao compreender que as relações de gênero afetam aqueles que estão também dentro da conformidade, visto haver tal conformidade e suas regras regulatórias, podemos pensar que talvez, nesse sentido, eles não sejam inclusivos para ninguém.

A Educação dentro da perspectiva neoliberal não é construída a partir das necessidades dos indivíduos os quais ela se direciona, e sim em favor das demandas da competitividade, nesse sentido, as desigualdades existentes tendem apenas a crescer. O neoliberalismo mais do que características econômicas vem carregado de conservadorismo. Observamos isso em projetos como o “Escola sem partido”, além da desvalorização das ciências humanas. Não é interessante para o neoliberalismo que os estudantes o conheçam, o critiquem e busquem melhores condições para o meio e as

pessoas com quem convivem, ou mesmo que esses estudantes conheçam seus corpos, suas possibilidades, e expressem outras formas de viver que não a cisheteronormativa dentro de uma família nuclear (CONNELL, 2013; HARVEY, 2013; SEFFNER, 2020).

O docente pode, no entanto, se utilizar de pequenas brechas presentes na BNCC, por exemplo, para promover discussões que tratem o gênero e sexualidade por aspectos além dos biológicos. Quando a Base coloca enquanto habilidade a ser desenvolvida “selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética)”, dá espaço para que o docente aborde diversos pontos que permeiam essas diferentes dimensões da sexualidade e de gênero. Por mais que essas brechas sejam encontradas, a Base em si não se posiciona de forma transparente, objetiva, como a sociedade em que nos encontramos demanda. Diante de inúmeros casos de violência de gênero, desrespeito e desigualdade no cotidiano brasileiro, o documento que norteia o currículo das escolas nacionais poderia ser mais enfático ao trazer à tona o tema das relações de gênero e sexualidade.

Para além de falar de aspectos fisiológicos, falar de gênero é garantir a valorização de outros corpos e vivências que não se encontram na conformidade, no cotidiano escolar e social, os presentificando. Seffner (2020, p. 6) ao citar a importância dos avanços sociais e constitucionais sobre o falar de gênero e sexualidade afirma:

[...] ao abordar questões em gênero e sexualidade, é cada vez mais claro que se fala em democracia, equidade de gênero, distribuição de privilégios e oportunidades, acesso a bens e a garantias legais. Gênero é um elemento estruturante das relações sociais, e discutir relações de gênero é discutir relações de poder e hierarquias na sociedade, o mesmo valendo para os debates que envolvem as diferentes orientações sexuais.

A escola tem grande potencial para reivindicar essa democracia e Seffner afirma que esse espaço vem sendo importante para superar a invisibilização de grupos, desde a CF de 1988 têm aumentado consideravelmente o número de estudantes mulheres, negras(os), LGBTQIA+, além dos avanços no campo das políticas públicas de combate à discriminação e de valorização da diversidade. Portanto, a presença cada vez maior de jovens assumidamente LGBTQIA+ nas escolas e universidades é vista pelo autor como um “alargamento dos modos de viver” e ele conecta tal fato à democracia que aqui defendemos e ansiamos, mesmo que em contrapartida observemos o crescimento de

posições conservadoras baseadas na desinformação e ódio contra a diversidade de gêneros e sexualidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A BNCC e o DCTM são políticas já requisitadas para a educação nacional e suas criações estão fundamentadas em leis e documentos anteriores, neste trabalho não buscamos anular a importância de tais políticas mas sim discutir as suas problemáticas e auxiliar a repensar seus textos. Ao se apoiar na perspectiva neoliberal e conservadora os documentos acabam por não trabalhar o gênero, e quando o citam, como no caso do DCTM, o fazem de forma tímida. Um tema tão importante na formação da sociedade e no autoconhecimento acaba se limitando a discussões sobre reprodução, IST e métodos contraceptivos. A busca por um debate amplo que inclua os demais temas que estão contidos nas relações de gênero acaba ficando à cargo do docente, e este na maioria das vezes não tem a formação inicial e/ou continuada para discutir o tema com segurança, mostrando que as mudanças devem acontecer nos diversos âmbitos da educação, seja nas políticas, na gestão escolar, nos materiais didáticos, ou na formação de professores.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, L; MACEDO, A. G; MOREIRA, J. A. S. Política curricular e neoliberalismo: uma crítica à base nacional comum curricular a partir do legado freiriano. **Revista Inter Ação** 46.Ed.especial (2021): 1224-241.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 10 mar. 2022

CONNELL, R. W. “Masculinidades, Colonialidade e Neoliberalismo” - Entrevista com Raewyn Connel. 2013. Disponível em: <https://www.ssexbbox.com/2016/07/masculinidades-colonialidade-e-neoliberalismo-entrevista-com-raewyn-connel/>. Acesso em: 02 de abril de 2022.

FORTES, O. B. S. Neoliberalismo e neoconservadorismo na educação brasileira contemporânea: uma leitura freireana da base nacional comum curricular e do movimento escola sem partido. **EccoS – Revista Científica** 60 (2022): 1-17.



HARVEY, D. O neoliberalismo: histórias e implicações. 2013. In: ZANAT TA, S. C; BRANCO, E. P; BRANCO, A. B. G; NEVES, M. C. D. Uma análise sobre a reforma do ensino médio e a implantação da base nacional comum curricular no contexto das políticas neoliberais. Revista e-Curriculum, São Paulo, v.17, n.4, p. 1711-1738out./dez. 2019.

MONTEIRO, S. A. S; BACK, J. L. Notas introdutórias sobre o lugar do corpo e sua interface entre gênero e sexualidade na Base Nacional Comum Curricular. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 27, 2021.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. 20(2): 71-99, jul/dez, 1995.

SEFFNER, F. Sempre atrás de um buraco tem um olho: racionalidade neoliberal, autoritarismo fundamentalista, gênero e sexualidade na Educação Básica. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2015010, p. 1-19, 2020.